

## A ‘economia solidária’: uma crítica com base em Marx

### Claus M. Germer\*

#### Introdução

Com o refluxo momentâneo dos projetos socialistas a partir da desagregação da União Soviética, difundiram-se, no campo dos movimentos sociais, propostas de reforma social com base na solidariedade mútua e no associativismo dos pobres, configurando um certo retorno às concepções limitadas da fase inicial das lutas operárias surgidas nas primeiras décadas do século 19. Ao mesmo tempo, partidos de diversos matizes de centro-esquerda, ao serem eleitos como reação popular aos problemas sociais causados pelo neoliberalismo, demonstraram não possuir projetos alternativos concretos e procuraram encobrir esta deficiência com a instituição de políticas emergenciais de atendimento a desempregados e pequenos produtores autônomos e informais. Estas políticas emergenciais oficiais somaram-se e/ou fundiram-se, em alguma medida, com as iniciativas associativas espontâneas surgidas no movimento social, constituindo uma corrente heterogênea de propostas e iniciativas concretas sob o título genérico de ‘economia solidária’.

No seu interior surgem tentativas de teorizá-la não apenas como um conjunto de iniciativas emergenciais destinadas a amenizar os efeitos de problemas sociais, mas como embriões de uma forma de organização social alternativa ao capitalismo, ignorando a crítica marxista. **No Brasil as iniciativas capituláveis** como integrantes da ‘economia solidária’ têm se expandido significativamente, tanto na forma de iniciativas sociais espontâneas como de políticas oficiais. Entre os autores que se destacam como intérpretes deste heterogêneo campo, Paul Singer diferencia-se pela tentativa de teorizar a economia solidária com base em alguns elementos da teoria social marxista, concebendo-a como uma forma social alternativa ao capitalismo sob o título especificamente marxista de novo ‘modo de produção’. Este artigo constitui uma crítica às concepções de Singer, concentrando-se em três aspectos, considerados essenciais, tanto do ponto de vista teórico quanto histórico: em primeiro lugar, à concepção da história das lutas dos trabalhadores pelo socialismo como uma história do desenvolvimento da economia solidária; em segundo, à caracterização da economia solidária como modo de produção alternativo ao capitalismo; finalmente, à concepção da cooperativa de produção como forma típica do ‘modo de produção solidário’, com base na análise da posição dos autores clássicos do marxismo sobre o papel do cooperativismo.

É preciso alertar para o fato de que os escritos de Singer sobre a ‘economia solidária’ possuem características que tornam difícil a crítica. Por um lado, o autor não se esforça em precisar os fundamentos teóricos das suas teses e propostas e dos conceitos que utiliza. O autor faz uso de conceitos marxistas sem se ater ao seu sentido original e sem chamar a atenção do leitor para o sentido alterado que lhes dá. Por outro lado, Singer também não se esforça em evitar afirmações contraditórias e, quando incorre nelas, não adverte para a mudança de opinião nem explica os seus motivos.

#### A ‘economia solidária’ como modo de produção

Segundo Singer, a ‘economia solidária’ é “um modo de produção entre outros” e “surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo” (Singer, 2000). O autor não se detém em precisar o sentido teórico que atribui ao conceito de ‘modo de produção’. A imprecisão teórica que, como já notado, é uma característica geral dos seus escritos sobre a ‘economia solidária’, retira toda plausibilidade às propostas práticas que deriva deste conceito. Assim, Singer não utiliza o conceito de modo de produção para caracterizar as diferentes épocas históricas da sociedade, como Marx, embora o sugira vagamente, mas o define simplesmente como cada uma das “diversas maneiras de organizar a produção e a distribuição de bens e serviços, oriundos da interação de agentes especializados, inseridos numa divisão social do trabalho” (Singer, 2000, p. 11), ou como a ‘forma como se organizam as atividades econômicas’ (Singer, 2002, p. 10). Na medida que não está referido a princípios teóricos fundantes, nem há referência aos elementos essenciais que o constituem e aos determinantes da sua evolução, este conceito de ‘modo de produção’ pode ser referido a qualquer diferença de maneiras ou formas de organizar a produção, por exemplo entre diferentes ramos de produção ou entre diferentes tamanhos de empresas, etc., sem referência necessária à sociedade como um todo.

Diferentes ‘modos de produção’, concebidos de modo tão impreciso (daí as aspas), convivem em pé de igualdade, segundo Singer, ao lado do ‘modo de produção capitalista’, mas só cita dois: a “produção simples de mercadorias”, da qual são exemplos “a agricultura familiar, o artesanato e o pequeno comércio” (Singer, 2000, p. 11), e a “economia solidária [que] surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (Singer, 2000, p. 13). Singer não esclarece a relevância e as implicações da hipotética convivência pacífica de diferentes ‘modos de produção’, de modo que é impossível ao leitor avaliar a relevância e as implicações do enunciado. Em uma passagem o autor afirma que a ‘economia solidária’ é uma síntese entre o capitalismo e a “produção simples de mercadorias”, mas não há nenhuma

---

\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR, Curitiba (PR).

explicação sobre a natureza desta síntese. Uma comparação com elementos do conceito de modo de produção de Marx evidencia as gritantes deficiências do de Singer. Enquanto na teoria de Marx, em cada momento histórico, a sociedade baseada na propriedade privada é uma totalidade como expressão de um modo de produção caracterizado pela existência de duas classes nucleares antagônicas em luta, na tosca representação de Singer a sociedade é uma mistura anódina de ‘modos de produção’, em que a natureza de suas relações recíprocas não é explicada. Enquanto na teoria de Marx há uma relação definida e teoricamente significativa entre as classes, Singer não fornece qualquer elemento de caracterização dos seus ‘modos de produção’. Segundo ele, o ‘modo solidário de produção’ terá que derrotar o ‘modo de produção’ capitalista, mas não por um processo de luta social, mas por bem comportada concorrência econômica<sup>1</sup> (Singer, 2002, p. 120-2). Como no primeiro estão os desempregados e pequenos produtores decadentes e no segundo os trabalhadores empregados, não se sabe, nem Singer explica, o tipo de relação que se estabelece entre estes dois grupos, nem como a massa dos primeiros conseguirá derrotar o ‘grande capital’.

Em oposição a isto, na concepção de Marx o modo de produção constitui uma totalidade complexa, cujo desenvolvimento é movido por um impulso endógeno originado das suas contradições internas. Como resultado disto os elementos de um novo modo de produção emergem, espontânea e impremeditadamente, até atingirem uma envergadura incapaz de ser contida pelos beneficiários do modo de produção vigente, o qual encontrará seu fim sob o impacto das potências transformadoras geradas pelo seu próprio desenvolvimento. Isto implica que a superação do capitalismo não resulta da interrupção do seu desenvolvimento, nem há outro ‘modo de produção’ ao seu lado, com o qual faz uma ‘síntese’ inexplicável. A superação do capitalismo resulta do seu próprio e pleno desenvolvimento. A mudança endógena tem seu núcleo gerador central em transformações que se processam nas forças produtivas, isto é, na massa dos meios de produção essenciais e do conhecimento científico correspondente, que são no capitalismo, como em todas as sociedades divididas em classes, monopolizadas por uma classe minoritária. Estas mudanças refletem-se em mudanças nas relações sociais de produção e, por via destas, estendem seus efeitos a todo o âmbito político, social, cultural, etc., e abalam a estrutura do poder de Estado, detido pela classe proprietária vigente. Ou seja, cada modo de produção constitui uma totalidade, cujo processo de mudança endógeno produz os elementos da sua própria superação. Na concepção de Singer a noção de uma totalidade em desenvolvimento desaparece, dando lugar à concepção da existência de diversos ‘modos de produção’ justapostos de um modo inexplicado. A ‘economia solidária’ parece penetrar como corpo estranho por entre as frestas do capitalismo, o que transparece na denominação de ‘modo de produção *intersticial*’, que Singer dá à suposta ‘economia solidária’ atual (Singer, 2002).

Singer nada diz sobre o caráter do suposto novo ‘modo de produção’ solidário. Trata-se, pelas indicações por ele fornecidas, de um sistema não-capitalista, mas os elementos que fornece indicam que seria necessariamente um sistema mercantil, uma vez que o autor rejeita o planejamento global da economia (Singer, 2002) e implicitamente também a propriedade social ou comum dos meios de produção, e não só admite como recomenda explicitamente a concorrência entre as cooperativas. Consequentemente, supondo que a ‘economia solidária’ se desenvolva plenamente, de modo que somente subsistam cooperativas, estas estarão em concorrência umas com as outras sob a égide do mercado. Havendo concorrência, haverá necessariamente vitoriosos e derrotados e absorção destes por aqueles, ou seja, centralização do ‘capital’ e desemprego. A vitória na concorrência exigirá que cada cooperativa persiga a redução de custos unitários e, para tanto, o avanço tecnológico e o aumento das escalas de produção, ou seja, a acumulação. Para haver acumulação, terá que haver excedentes, o que exigirá a compressão da remuneração individual, no limite, ao custo de reprodução da força de trabalho, por um lado, e a maximização da rentabilidade por outro. Consequentemente, a concorrência implicará a transferência de ‘capitais’ entre setores em função de uma medida de rentabilidade média, que necessariamente terá que existir como fator de distribuição do trabalho social entre setores, uma vez que, tratando-se de uma economia não planejada, não haverá plano social de produção e distribuição. A medida da rentabilidade será necessariamente a atual e conhecida taxa de lucro. Todas estas características são características da economia capitalista. Como não se conhece economias capitalistas sem capitalistas e assalariados, caberia a Singer explicar a natureza do híbrido econômico-social que emerge das suas especulações.

O que se pode deduzir do exposto é que o uso que Singer faz da expressão modo de produção, consagrada por Marx, diverge totalmente do sentido que este lhe deu, de modo que a sua utilização induz no leitor a falsa impressão de que se trata de um categoria empregada no sentido original de Marx. No entanto, o uso do conceito por Singer altera por completo a sua essência e eficácia explicativa, tal como formulado por Marx.

<sup>1</sup> “Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, *ela se tornará competidora do grande capital* em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies contratualmente ligados por laços de solidariedade. *Sem guerra fria, sem ameaça atômica*, os homens voltarão a poder escolher e experimentar formas alternativas de organizar sua vida econômica e social” (Singer, 1998, p. 139, grifos acrescentados).

## A cooperativa de produção e o marxismo

O cooperativismo surgiu desde cedo no capitalismo mas, como é habitual, desenvolveu-se, ao longo do tempo, das formas simples iniciais à forma de um setor complexo e heterogêneo atualmente, e isto ocorreu sob o impacto da luta de classes<sup>2</sup>. O cooperativismo formou-se a partir de duas diferentes origens: por um lado, a partir da formação de associações de pequenos capitalistas, que evoluíram para a forma de cooperativas empresariais. Estas nunca foram organizadas na esfera da produção, mas apenas para a realização de operações complementares à produção, principalmente na comercialização e no processamento final de algumas matérias-primas, principalmente agrícolas. A motivação da formação destas associações é puramente comercial, com o objetivo de reduzir custos individuais nas operações complementares realizadas em grande escala.

A segunda origem do cooperativismo foi a reação de trabalhadores assalariados, principalmente operários industriais, à piora contínua das suas condições de existência, em contextos de conflito político explícito com a classe capitalista, o que conferiu a estas cooperativas nítido caráter militante. Também neste caso há duas variantes que diferem qualitativamente. Por um lado, as cooperativas de consumo, nas quais a cooperação não se dá na produção, e a maioria dos associados beneficiam-se da cooperativa apenas como consumidores. Quando bem sucedidas, estas cooperativas podem expandir-se a ponto de adquirir empresas capitalistas convencionais fornecedoras dos principais meios de consumo.

A segunda variante de cooperativas formadas por trabalhadores assalariados são as cooperativas de produção, nas quais os cooperados são os próprios trabalhadores da empresa. Estas cooperativas surgiram na forma de fábricas-cooperativas, no início do século 19, geralmente resultantes da tomada, pelos trabalhadores, do controle de fábricas falidas em períodos de crise industrial. Este tipo de cooperativa foi o que menos se desenvolveu, pela razão óbvia de que nela os próprios trabalhadores assumem o controle pleno da empresa e da produção, o que torna evidente e público que os capitalistas são dispensáveis para a realização da produção, e explica a hostilidade que sempre mereceu na sociedade burguesa. Foi este tipo de cooperativa que mereceu a atenção dos autores clássicos do marxismo. É também significativo o fato de que a cooperativa-símbolo do chamado ‘movimento cooperativista’ moderno não seja a fábrica-cooperativa mas a cooperativa de consumo ou de comercialização.

Esta introdução é necessária a fim de localizar com precisão a interpretação dos autores clássicos do marxismo sobre a natureza do cooperativismo. A omissão das distinções expostas é uma deficiência grave da abordagem de Singer, mas é o que lhe permite falar em cooperativismo de modo genérico e dispensar qualquer tratamento teórico do fenômeno cooperativista, colocando em pé de igualdade cooperativas de diferentes tipos e juntando a elas os pequenos produtores autônomos e pequenos capitalistas falidos, ao lado de iniciativas meramente assistenciais de trabalhadores desempregados. Com isto perde-se completamente o sentido histórico do fenômeno. O fato de que considera a cooperativa de produção a forma típica da ‘economia solidária’ não corrige esta deficiência, uma vez que lhe falta todo fundamento teórico.

Marx e Engels interessaram-se pelo fenômeno cooperativista na medida que representava a emergência de elementos de uma nova estrutura social em gestação, apoiando-se coerentemente na sua interpretação teórica do capitalismo como modo de produção em processo histórico de desenvolvimento na direção da sua superação. Por isso analisaram principalmente as fábricas-cooperativas, e as cooperativas de consumo apenas secundariamente<sup>3</sup>. O que Marx parece ter considerado a característica mais relevante das fábricas-cooperativas foi o fato de que elas demonstraram, pela primeira vez, que os próprios trabalhadores podiam assumir o controle da produção, e isto não com base nas formas de produção em pequena escala e tecnicamente ultrapassadas, mas nos padrões mais avançados de escala e técnica, como se pode observar na passagem seguinte:

as “fábricas-cooperativas (...) demonstraram que a produção em grande escala e em consonância com o avanço da ciência moderna pode ser realizada sem a existência de uma classe de *patrões* (masters) que utiliza o trabalho de uma classe de *‘mãos’* (hands) [mãos, operários – NT]; [demonstraram também - CMG] que, para produzir frutos, os meios do trabalho não precisam ser monopolizados como meio de dominação e de exploração contra o próprio operário; e que (...) o trabalho

<sup>2</sup> O cooperativismo tem também um papel importante nos países que, após a Revolução Socialista Russa, iniciaram a construção do socialismo. Este aspecto do tema não será, porém, abordado neste artigo por falta de espaço.

<sup>3</sup> Marx afirma que “Falamos do *movimento cooperativista*, especificamente das fábricas-cooperativas” (Marx, 1864a), acrescentando posteriormente: “recomendamos aos trabalhadores dedicarem-se de preferência a associações produtivas do que a associações de consumo. Estas últimas afetam apenas a superfície do sistema econômico atual, as primeiras o atacam nos seus fundamentos” (Marx, 1866).

assalariado é apenas uma forma social transitória e inferior, destinada a desaparecer diante do trabalho associado (...) (Marx, 1864a, confrontado com 1864b, p. 319)<sup>4</sup>

Mas esta avaliação positiva não levou Marx a ignorar o quadro global em que as fábricas-cooperativas estão imersas, caracterizado pela subjugação dos trabalhadores aos capitalistas, e as contradições que disto resultam e os seus efeitos tanto interna quanto externamente. Ao contrário de Singer, não as erige em representantes imediatos de um novo modo de produção, uma vez que não concebe este como um corpo estranho que se expande gradualmente ao lado do modo de produção dominante, como parece ocorrer na confusa exposição de Singer. O novo modo de produção se manifesta na própria estrutura do modo de produção vigente, na forma de mudanças qualitativas em aspectos essenciais deste, transfigurando-o crescentemente, até o momento da ruptura. Não há dois corpos sociais lado a lado, mas um mesmo corpo social em processo de transfiguração, que não é mais inteiramente o antigo mas ainda não é o novo. Isto dá lugar a formas contraditórias, das quais as fábricas-cooperativas são exemplos<sup>5</sup>. Assim, para Marx, apesar do caráter coletivo da propriedade dos meios de produção, nas fábricas-cooperativas, implicar que “(...) a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida”, isto ocorre sob uma forma capitalista, isto é, “inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho” (OCIII, p. 334)<sup>6</sup>.

Por outro lado, Marx também não ignorou as reações externas ao surgimento das cooperativas-fábricas:

“(…) a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido, dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas peetrantes passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como sacrilégio e socialistas. (...) Conquistar o poder político tornou-se, portanto, a tarefa principal da classe operária” (Marx, 1864b, P. 319-20).

Por outro lado, as fábricas-cooperativas não podem ser analisadas isoladamente, mas como um elemento de uma totalidade, de modo que os mudanças que se manifestam nelas refletem mudanças no modo de produção e não apenas nelas. Neste sentido, Marx coloca as cooperativas em pé de igualdade com as sociedades anônimas como formas sintomáticas de uma nova realidade emergindo no interior do capitalismo<sup>7</sup>. O que as identifica é que em ambas a gestão da produção separa-se da propriedade privada dos meios de produção: as fábricas-cooperativas e as sociedades anônimas são administradas por gerentes indicados por proprietários coletivos e não individuais. Isto significa que a expropriação da classe capitalista, traço essencial do socialismo, inicia-se de modo espontâneo no interior do capitalismo, ao invés de representar uma aberração que ameaça a continuidade normal da produção, convertendo-se ao contrário como condição para esta.

Esta passagem ilustra à perfeição a concepção da mudança social, por Marx, como um fenômeno que emerge espontaneamente, e das leis como expressões destas mudanças e não como suas causas<sup>8</sup>. No presente caso, Marx indica que a conversão da propriedade privada em propriedade coletiva é gerada pelo desenvolvimento do próprio capitalismo e não pela vontade arbitrária da classe trabalhadora. Com efeito, segundo Marx o socialismo caracteriza-se pela abolição da propriedade privada não devido à sua preferência subjetiva pela propriedade social, mas porque o próprio desenvolvimento do capitalismo promove, gradualmente, a expropriação de toda propriedade privada, que finalmente

<sup>4</sup> Em escrito posterior Marx pronunciou-se de modo idêntico: “Reconhecemos o movimento cooperativista como uma das forças motrizes para a transformação da presente sociedade, que repousa sobre contradições de classe. O seu grande mérito reside em mostrar, na prática, que o sistema vigente de *subjugação do trabalho* ao capital, despótico e causador de miséria, pode ser substituído pelo sistema republicano e enriquecedor da *associação de produtores livres e iguais*” (Marx, 1866, itálicos no original). Deve-se notar que por ‘movimento cooperativista’ Marx entende o movimento das fábricas-cooperativas, conforme citação de nota de rodapé anterior.

<sup>5</sup> “As próprias fábricas-cooperativas dos trabalhadores são, no interior da antiga forma, a primeira ruptura da antiga forma, embora naturalmente por toda parte, em sua organização real reproduzam e tenham que reproduzir todos os defeitos do sistema existente” (DKIII, p. 419, confrontado com OCIII, p. 334).

<sup>6</sup> A obra *O Capital* está referida com as iniciais OC ou DK, no caso do original, seguidas do volume em romanos.

<sup>7</sup> “As empresas capitalistas por ações tanto quanto as fábricas-cooperativas devem ser consideradas formas de transição do modo de produção capitalista ao modo associado, só que, num caso, a antítese é abolida negativamente, e no outro, positivamente” (OCIII, p. 335).

<sup>8</sup> As fábricas-cooperativas “mostram como, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e das suas correspondentes formas sociais de produção, de um modo de produção desenvolve-se e irrompe de maneira natural um novo modo de produção” (OCIII, p. 335).

subsiste apenas como suporte jurídico ultrapassado de uma classe privilegiada de destituída de função social objetiva. Numa primeira fase a expansão do capital implica a expropriação dos produtores diretos e a expansão absoluta do trabalho assalariado na sociedade; na fase seguinte a difusão da sociedade anônima implica a expropriação dos capitalistas individuais e a instituição da propriedade coletiva dos meios de produção, embora restrita à classe capitalista. Isto significa que aos poucos a propriedade privada *individual* dos meios de produção desaparece, substituída pela propriedade coletiva da classe capitalista, sobrevivendo apenas entre pequenos produtores decadentes, como ruínas de uma era socialmente ultrapassada.

No entanto, na medida que a forma jurídica capitalista da propriedade subordina de modo determinante todas as formas divergentes dela, as formas coletivas só podem desenvolver as suas potencialidades depois que a forma privada individual tenha sido abolida, o que só pode ocorrer, no entanto, no contexto de uma mudança social global do modo de produção, cujo cerne reside no caráter de classe do poder de Estado, e cujo componente essencial é a forma jurídica da propriedade. A defesa e garantia desta é a função central do Estado nas sociedades divididas em classes. Como se expôs acima, a forma jurídica da propriedade apenas expressa, na esfera jurídica, as relações de produção objetivamente geradas pela configuração geral das forças produtivas. Como estas, porém, se desenvolvem gradualmente, geram ao desenvolver-se novas formas de apropriação, que aos poucos entram em conflito com a forma jurídica vigente da apropriação, de modo que a vigência desta passa a funcionar como obstáculo ao desenvolvimento das novas relações de produção e consequentemente das forças produtivas que lhe dão origem. O domínio da propriedade privada como forma jurídica geral da propriedade no capitalismo exerce precisamente este efeito de bloqueio sobre as novas formas que, no interior do capitalismo, são sintomas das mudanças mais profundas em curso. Consequentemente, para que estas se materializem, é necessário que a forma jurídica vigente da propriedade privada seja abolida, mas como ela é assegurada pelos instrumentos de força social concentrados no Estado, é a natureza do poder de Estado que é decisivo e necessita ser alterado como pre-condição da instituição do novo modo de produção. Marx manifesta isto claramente, sem por isto menosprezar o papel representado pelas fábricas-cooperativas como sintomas da emergência de novas realidades na base da estrutura social:

“Mas o sistema cooperativista, limitado às formas elementares [no original *zwerghaften*: nanicas – CMG] que os escravos assalariados podem desenvolver através dos seus esforços privados, jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social em um sistema abrangente e harmonioso de trabalho livre e cooperativo, são necessárias *mudanças sociais gerais, mudanças nas condições gerais da sociedade*, que só poderão ser realizadas através da transferência do poder organizado da sociedade, isto é, do poder de Estado, das mãos dos capitalistas e proprietários de terras aos próprios produtores” (Marx, 1866).

## Bibliografia

- LABINI, P.S. (1983). Ensaio sobre as Classes Sociais. Rio de Janeiro : Zahar.
- MARX, K. (1866). Instruktionen für die Delegierten des Provisorischen Zentralrats zu den einzelnen Fragen. Extraído de: Karl Marx/Friedrich Engels - Werke, Dietz Verlag, Berlin. Band 16, 6. Auflage 1975, unveränderter Nachdruck der 1. Auflage 1962, Berlin/DDR. p. 190-199. [Instruções aos delegados do Conselho Geral Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores] ([http://www.mlwerke.de/me/me16/me16\\_190.htm](http://www.mlwerke.de/me/me16/me16_190.htm), 21/5/05)
- MARX, K. (1850). As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, K. e ENGELS, F. (s/d). Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo : Editora Alfa-Omega, pp. 93-198.
- MARX, K. (1980). Das Kapital; Kritik der politischen ökonomie, Band III. Frankfurt/M : Ullstein Materialien.
- MARX, K. (1983-1985). O Capital; crítica da economia política. 3 v., 5 t. São Paulo : Abril Cultural.
- MARX, K. (1864a). Inauguraladresse der Internationalen Arbeiter-Assoziation. ([http://www.mlwerke.de/me/me16/me16\\_005.htm](http://www.mlwerke.de/me/me16/me16_005.htm), 5/2/05).
- MARX, K. (1864b). Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K. e ENGELS, F. (s/d). Obras Escolhidas : V. 1. São Paulo : Editora Alfa-Omega, P.313-321.
- SINGER, P. (2000), "Economia solidária: um modo de produção e distribuição", in P. Singer e A. R. Souza, *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*, São Paulo, Contexto.

SINGER, Paul & SOUZA, André Ricardo. (2000), *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto.

SINGER, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2002.